

Os movimentos de junho de 2013 – uma crítica iluminada pela Indústria Cultural

Artur Rodrigo Itaquí Lopes Filho¹

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise crítica dos movimentos que abalaram o Brasil no mês de junho do ano de 2013, a partir da perspectiva crítica dos filósofos alemães Theodor Wiesengrund Adorno e Max Horkheimer.

Confrontando as manifestações e sua repercussão sociopolítica com a teoria da Indústria Cultural, erigida pelos pensadores na obra conjunta intitulada de *Dialética do Esclarecimento*, o presente trabalho pretende acusar os movimentos de junho de 2013, de terem gradualmente perdido seu potencial crítico ao pretenderem integrar a sua dinâmica a organicidade exigida pelo sistema político vigente, a fim de legitimar suas reivindicações, o que, segundo a perspectiva dos filósofos frankfurtianos, espelharia a incorporação de um sistema organizacional o qual moldaria a própria reivindicação erigida pelos manifestantes.

Em resumo, as manifestações serão acusadas aqui de incorporarem em suas ações uma ordem previamente determinada enquanto legítimo pelo sistema sociopolítico e, inclusive, econômico vigente, o que, segundo atentaremos apontar, promoveu uma gradual redução de seu potencial crítico.

Palavras-chave: Theodor Adorno; Max Horkheimer; Indústria Cultural; Manifestações; Brasil

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

No mês de junho do ano de 2013 o Brasil viveu um período de manifestações públicas que espelhavam em sua essência a revolta contida no amago dos muitos cidadãos do vasto território nacional frente aos muitos anos vividos em submissão as determinações – acusadas de serem, por parte dos manifestantes, muitas delas, fundamentalmente arbitrárias –, oriundas de uma estrutura política radicalmente verticalizada e que, muitas vezes, não condiziam com as mais básicas necessidades vividas pelos cidadãos que constituem o território nacional.

Iniciada pela reivindicação de um grande grupo que se prostrou resistente frente a determinação do governo federal brasileiro em aumentar o valor a ser pago pelo cidadão pelo uso do transporte público (ônibus) em um total de 0,20 centavos, muitos brasileiros foram as ruas e tomaram de assalto o direito de compactuar ou não com aquilo previamente determinado pela estrutura política vigente. Esse ato, primariamente legítimo de oposição direcionado a proposta de aumento do valor a ser cobrado pelo uso do transporte público desdobrou-se em uma verdadeira catarse social. Ora acusando o governo federal de estar imerso a uma lógica de poder que visa apenas beneficiar os mantenedores de uma estrutura hierárquica que reflete o quadro da desigualdade social brasileira, outrora atentando aos valores abusivos desprendidos pela administração pública com os eventos que estariam por vir: copa do mundo (2014) e olimpíadas (2016), em detrimento aos investimentos em saúde, educação e segurança, o discurso inicialmente orientado a vetar a determinação do governo federal referente aos 0,20

¹ Doutorando em Filosofia – PUCRS. E-mail: artursan@gmail.com

centavos a serem cobrados a mais pelo uso do transporte público (ônibus) transcendeu os fenômenos concretos que, por sua vez, afetam diretamente a vida do cidadão, para dar vazão a um clamor generalista em uníssono: um ideal de justiça por vir.

Como um copo d'água que entornou seu conteúdo devido a uma pequena gota de vinte centavos a catarse promovida pelo *discurso esperançoso* não mais conseguiu conter a indignação com a qual o brasileiro, teoricamente havia aprendido a conter. Indo as ruas, o discurso soava aos ouvidos como um ruído, um rugido, um desconforto generalizado. Ora clamando pelo custo abusivo das passagens de ônibus, ora expressando o desconforto com relação a política governamental, ora afrontando os gastos públicos com os eventos da copa das confederações e olimpíadas, a imagem do brasileiro mudou.²

Tomando de assalto o caminhar da vida cotidiana do cidadão teoricamente acostumado a calar sua indignação com uma catarse orientada à reduzida reclamação institucionalizada sujeita a manutenção dos partidos políticos e seus respectivos representantes, os manifestantes brasileiros foram as ruas dar voz a um discurso expressivamente incomodante que, de certa maneira, vinha corromper a imagem pintada de um brasileiro *ignorante feliz*. “Esse emergir das manifestações veio a quebrar com a ideia, com o ‘mito da passividade’, que se firmava no entendimento que o povo brasileiro é pacífico por natureza.³”

Rapidamente reprimidos pela segurança pública nacional (polícia civil/militar), os manifestantes tiveram sua imagem transformada em um processo gradual. De corajosos representantes de um espírito revolucionário aclamado por muitos enquanto expressão legítima de uma democracia ideal a baderneiros revoltados sem fins objetivos, a face do manifestante fora transformada mediante a uma questão que dividiu, não somente a opinião pública, mas, inclusive os manifestantes participantes dos muitos movimentos: o uso da violência enquanto expressão legítima de descontentamento.

Ainda que o clamor por justiça seja legítimo por parte dos manifestantes, expresso, nesse caso enquanto movimento popular, a violência desencadeada, mesmo que orientada aos símbolos de poder, ditos hierárquicos, da sociedade brasileira, trouxe a tona uma questão que versa sobre a organicidade das manifestações públicas, isto é, levou a sociedade refletir acerca daquilo que pode ser considerado permitido ou não ser feito enquanto ação legítima em meio a uma manifestação pública.

Não muito tarde, pichações, depredações, apedrejamentos e muitas outras ações revoltosas, mesmo que orientadas aos símbolos de poder – acusados por parte dos manifestantes de serem mantenedores de uma sociedade desigual –, passaram a serem censuradas pela

² OBRA COLETIVA. “Revolta, bagunça e confusão: o ‘bom’ brasileiro não é disso”. In: MADARASZ, N.; SOUZA, R. T. de. *Lógicas de transformação: críticas da democracia – o Brasil na sua estação*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2013. p.49-50.

³ OBRA COLETIVA. “Ressurgem os movimentos sociais no Brasil?”. In: MADARASZ, N.; SOUZA, R. T. de. *Lógicas de transformação: críticas da democracia – o Brasil na sua estação*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2013. p.40.

sociedade civil e, inclusive, por grande parte dos manifestantes que se encontravam fazendo parte do mesmo clamor outrora em uníssono, apontando em clamor um ideal rapidamente construído de *bom manifestante*.

A constante exposição midiática de pichações e destruições de patrimônios públicos, em grande parte, atribuídos aos manifestantes, vinha consolidar a idéia de que as reivindicações poderiam até virem a serem legítimas, mas o meio utilizado para tal não o seria, portanto, dessa maneira, cabendo repreensão. Vejamos a seguinte citação:

Esta violência contra símbolos (como a Prefeitura, lojas de grandes corporações e bancos) é o foco da mídia quando “retrata” as manifestações. Não há violência contra pessoas, disto a mídia não fala, a polícia não fala, o povo não fala. [...] Mas isso não é violência? Não, pois eles são os garantidores da ordem. Os vândalos, marginais e baderneiros das manifestações atrapalham a ordem do cidadão que vive em paz com sua abstinência de criticidade.⁴

Claramente apresentando de maneira positivado, um discurso passou a se tornar cada vez mais comum em meio as redes sociais e a mídia brasileira. Um discurso que visava uma passiva orientação das reivindicações erigidas pelos manifestantes supra-sumidas às imbricações dos já conhecidos tramites burocráticos do sistema político nacional. A mídia tradicional apoiada por uma considerável parcela da população brasileira apoiava e aclamava em coro um brado em prol do fim da violência. Mas que violência? A dos policiais ou a dos manifestantes?

De nossa parte entendemos que o fim da violência aclamada era direcionada aos manifestantes, visto que, a violência policial passara a ser entendido como algo necessário à manutenção da ordem, para muitos, necessária ao bem viver.

O *bom manifestante* carrega cartazes com suas reivindicações, faz passeata, interrompe o fluxo da vida cotidiana (movimentação urbana), não depreda, não é violento, grita e não xinga, enfim, o bom manifestante é pacífico. Esse ideal construído de *bom manifestante*, segundo nossa compreensão, corresponde aquilo esperado pelas estruturas políticas vigentes enquanto ação legítima a ser tomada por um *bom cidadão*, o qual se encontra limitado a agir conforme as orientações determinadas pela estrutura de poder vigente que, nesse caso, condena a depredação e outras ações como violentas, portanto, sendo elas ilegítimas, cabendo assim a intervenção, igualmente violenta, por parte das força policial, sendo essa legítima enquanto reação a uma violência primeira.

Mas como se construiu esse processo de demonização do manifestante violento? Longe de promover aqui qualquer julgamento moral frente aquilo expresso em meio as manifestações

⁴ OBRA COLETIVA. “Choveu, chovia”. In: MADARASZ, N.; SOUZA, R. T. de. *Lógicas de transformação: críticas da democracia – o Brasil na sua estação*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2013. p.49-50.

públicas que tiveram seu início em Junho de 2013, pretendemos acusar essas tais manifestações de gradualmente integrarem a dinâmica considerada legítima pela estrutura de poder vigente, ocupando um espaço previamente reservado a sua ação.

Sendo as manifestações legitimadas pela estrutura de poder vigente, uma expressão coerente com aquilo esperado enquanto ação oriunda de um *bom cidadão*.

A MÍDIA E INDÚSTRIA CULTURAL EM AÇÃO

Theodor Wiesengrund Adorno e Max Horkheimer escreveram no ano de 1947, um dos maiores tratados críticos acerca da sociedade moderna/contemporânea intitulado de *Dialética do Esclarecimento*. Como parte constituinte dessa grande obra, atentamos ao capítulo *A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas*, onde os autores versão acerca da ação da mídia enquanto ferramenta reprodutora de valores considerados positivos pela estrutura de poder vigente, que nesse caso, refletiria o ideal de *Esclarecimento* construído enquanto progresso da humanidade. Em resumo: O *Esclarecimento* seria um longo processo vivido pela humanidade a fim de entender o mundo para que assim, através de um processo de domínio conceitual, o ser humano viesse a progredir, usufruindo de tudo aquilo que outrora se apresentava ele enquanto algo desconhecido. Esse processo desencadearia, por sua vez uma lógica de domínio da ação humana sob o objeto passivo, estando o objeto submetido a intervenção de um agente que, ao buscar compreender, passaria a dominar.

O ponto o qual ressaltamos frente ao processo de *Esclarecimento* se encontra centrado no momento quando o agente passa a ser objeto de sua própria investigação, isto é, quando aquilo a ser compreendido pelo ser humano passaria a ser o próprio ser humano. Esse processo desencadearia uma lógica de domínio do humano sobre o próprio humano, o definindo, teoricamente, de maneira mais verdadeira, conforme o avanço do *Esclarecimento* humano. Mas Adorno e Horkheimer apontam que esse processo não seria, de maneira alguma, puramente imparcial. O *Esclarecimento*, segundo os autores, corresponderia aquilo incorporado enquanto verdade pelas estruturas de poder vigente, manifesto na história da humanidade enquanto governos, religiões, sociedades, partidos, academias e etc.

Desse modo, o *Esclarecimento* não se comportaria como entidade independente dos interesses humanos, pelo contrário, ele seria reflexo dos interesses humanos correspondendo sempre aquilo adotado (ou imposto) enquanto verdade estabelecida.

O problema se daria na compreensão a qual a humanidade adotara do próprio processo de *Esclarecimento*: entendido como manifestação do progresso humano.

O esclarecimento dos tempos modernos esteve desde o começo sob o signo da radicalidade: é isso que o distingue de toda etapa anterior da desmitologização. Quando uma nova forma de vida social surgia na história universal juntamente com uma nova religião e uma nova mentalidade,

derrubava-se os velhos deuses, juntamente com as velhas classes, tribos e povos. [...] Do nojo dos excrementos e da carne humana até o desprezo do fanatismo, da preguiça, da pobreza material e espiritual, vemos desenrolar-se uma linha de comportamentos que, de adequados e necessários, se converteram em condutas execráveis. Essa linha é ao mesmo tempo a da destruição e da civilização. Cada passo foi um progresso, uma etapa do esclarecimento. Mas, enquanto todas mudanças anteriores (do pré-animaismo à magia, da cultura matriarcal à patriarcal, do politeísmo dos escravocratas à hierarquia católica) colocavam novas mitologias, ainda que esclarecidas, no lugar das antigas (o deus dos exércitos no lugar da Grande Mãe, a adoração do cordeiro no lugar do totem), toda forma de devotamento que se considerava objetiva, fundamentada na coisa, dissipava-se à luz da razão esclarecida.⁵

Da magia ao mito, do mito à religião, da religião à ciência, a humanidade passaria a entender o processo de *Esclarecimento* enquanto progresso histórico linear positivado, tendo seu ápice, na sociedade moderna/contemporânea. Sendo, por exemplo, aquilo vivido em meio a sociedade moderna/contemporânea o melhor daquilo previamente idealizado para o bem viver, visto o longo e gradual processo o qual a humanidade outrora vivera enquanto movimento de progresso linear. Mas como pretender que todo cidadão venha compreender que aquilo vivido corresponde *aquilo o que há de melhor*?

Aí chegamos ao termo cunhado pelos autores da *Indústria Cultural*, que, de maneira resumida, corresponderia ao processo de convencimento do cidadão de que aquilo vivido reflete *aquilo o que há de melhor*. Do avanço científico/tecnológico à ciência acadêmica, da educação às políticas públicas, da moda ao consumo, a *Indústria Cultural* transformaria tudo aquilo pretendido enquanto reflexo do progresso histórico em mercadoria a ser vendida ao cidadão diretamente associado a valores positivos.

Em essência, o conceito não se refere pois às empresas produtoras, nem às técnicas e comunicação. A televisão, a imprensa, os computadores, etc., em si mesmos não são a indústria cultural: essa é, sobretudo, um certo uso dessas tecnologias. Noutras palavras, a expressão designa uma prática social através da qual a produção cultural e intelectual passa a ser orientada em função de sua possibilidade de consumo no mercado.⁶

Assim, quando mediante às manifestações de junho de 2013, seguindo a lógica apresentada pelos filósofos frankfurtianos, é compreensível a rápida manifestação da mídia contemporânea frente aos atentados violentos ao patrimônio público/privado. Visto que a mídia, enquanto parte da *Indústria Cultural*, por sua vez, atentaria em ressaltar (vender), mais uma vez, os valores considerados positivos pela estrutura de poder vigente. Sendo tais valores reflexo de um longo processo de progresso gradual entendido e propagado enquanto algo positivo.

⁵ ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985. p. 90-91.

⁶ RÜDIGER, F. "A escola de Frankfurt". In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003. p.138.

Sua estratégia, expor as manifestações ocorridas no Brasil de maneira pejorativa, julgando e sentenciando aqueles que atentam à dinâmica da vida cotidiana, recorrendo sempre a associação de valores as ações dos manifestantes: *o bom manifestante não é baderneiro, o bom manifestante é pacífico*, em contrapartida, *o mal manifestante é um vândalo, o mal manifestante só quer promover o caos*, em fim, *o mal manifestante deve ser contido*. Assim a violência é justificada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985.

MADARASZ, N.; SOUZA, R. T. de. *Lógicas de transformação: críticas da democracia – o Brasil na sua estação*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2013.

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.